

Chapão, reformas, contratações em RTC, redepartamentalização...

## Plenária em Rio Preto reafirma defesa do modelo de universidade socialmente referenciada

A Plenária da Adunesp realizada em 11/10/2019, no campus de São José do Rio Preto, teve como pontos centrais a conjuntura atual da Universidade (redepartamentalização, contratações em RTC, reformas) e a continuidade da montagem do “Chapão da Adunesp” para concorrer às eleições aos órgãos colegiados centrais.

A avaliação dos presentes foi unânime ao constatar que a administração superior da Unesp nos tem imposto um conjunto de reformas (administrativa e acadêmica), que implicam em profundas mudanças no caráter da nossa Universidade, sem discuti-las com a comunidade; tem mantido nossos salários – num contexto de arrocho – ainda mais baixos do que os pagos pela USP e Unicamp; modificou o regime preferencial de contratação docente do RDIDP para o RTC, que passa a balizar as contratações de agora em diante; tenta impor a toque de caixa uma severa reestruturação departamental, entre outras medidas, que vêm acelerando o processo de deterioração dos departamentos, dos grupos de pesquisa, das atividades de extensão e também da docência.

O modelo de universidade que está no horizonte da Reitoria é muito próximo daquele do governo federal, explicitado pelo programa “Future-se”. Ambos, embora sejam apresentados com um discurso de fortalecimento da autonomia e de melhoria do financiamento das universidades, na verdade (vide diversas matérias no sítio da Adunesp), pavimentam o caminho para o sequestro da autonomia universitária pelos agentes do mercado, e para a diminuição do investimento estatal nessas instituições, isentando o governo progressivamente de fazê-lo.

O que acontece, como todos já sabemos, é a implementação de dinâmicas estratégicas para desfigurar o caráter público, laico, gratuito e de qualidade socialmente referenciada das universidades dignas desse nome, e essa Unesp que temos construído ao longo dos anos, certamente, é uma delas. Então, nos cabe defender a nossa Universidade, resistindo à guinada privatista, mas não só isso. É necessário que avancemos no sentido de propor processos de reconstrução do corpo de servidores docentes e técnico-administrativos, da qualidade e da dignidade do nosso trabalho



e, sobretudo, do ethos acadêmico violentado. Nossa disposição para a luta está ancorada no desejo de que nosso trabalho e produção dentro da Universidade sejam relevantes para os nossos estudantes e, também, para o povo paulista e brasileiro.

A plenária de Rio Preto debateu esses temas, como segue sucintamente:

### O tempo parcial como regime preferencial

A mudança do regime preferencial de contratação para o RTC (Regime de Turno Completo, em que o docente trabalha 24 horas semanais) foi aprovada pelo CEPE em sua reunião de 9/4/2019. O documento aprovado – a “Proposta de regime de trabalho para contratação de docentes” – estabelece que as contratações daqui para a frente deverão ocorrer em RTC e, se o docente contratado tiver, por ocasião da apresentação do seu relatório anual, “avaliação positiva das atividades realizadas por ele no período e com a concordância do Departamento e da Congregação ou Conselho Diretor, no caso dos campi experimentais, poderá solicitar à administração central a mudança de regime de trabalho de RTC para RDIDP. Da mesma forma, em função do desempenho positivo do docente contratado em RTC, a administração central poderá sugerir a mudança para RDIDP, no momento de sua confirmação no regime de trabalho”. E, também, vai valer o contrário: a CPA poderá ficar mais à vontade para “readequirar” (leia-se rebaixar) o regime de trabalho de qualquer docente que, ingressando sob o signo dessa deliberação do CEPE, venha a ser posteriormente agraciado com a mudança do seu regime de trabalho para RDIDP. Em sendo assim, a reitoria não terá que se preocupar

com ações na justiça de todos os que se sentirem lesados por isso.

Uma análise política e até mesmo jurídica da decisão do CEPE impõe muitos questionamentos. O primeiro deles é que o artigo 88 do Estatuto da Unesp fixa que a competência para estabelecer o regime de trabalho docente é do Conselho Universitário.

Portanto, o CEPE deliberou sobre matéria desafeta à sua competência. E foi além, aprovando proposta de regime preferencial de contratação em RTC, para apenas em casos excepcionais, a contratação se dar em RDIDP, divergindo por completo da letra e do espírito da norma estabelecida pelo artigo 89 do Estatuto da Unesp: “A Unesp adotará como regime preferencial de trabalho aquele que fixar a dedicação integral à docência e à pesquisa”.

Vale ressaltar que o regime de trabalho docente diz respeito não apenas às situações individuais de relação de trabalho, mas implica numa mudança completa de perspectiva e prioridades da Universidade, contrariando o que foi vislumbrado na gênese de sua instituição. Isso não pode ser feito sem um amplo debate com a comunidade, e apenas para sanar uma crise circunstancial financeira adversa, o que, certamente, fará com que a Unesp se distancie das prerrogativas e prioridades históricas das universidades públicas estaduais.

Aliás, é preciso sempre lembrar que o modelo de Universidade que defendemos e que sofre ataques da Reitoria, está previsto no próprio Estatuto da instituição. Senão, vejamos:

Conforme o artigo 2º do estatuto da Unesp, “A Unesp rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão de desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo, com o objetivo permanente de criação e de transmissão do saber e da cultura, devendo: I - criar, preservar, organizar e transmitir o saber e a cultura por meio do ensino, II - oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza; III - formar cidadãos capacitados para o exercício da investigação e das diferentes profissões; IV - privilegiar e estimular a atividade intelectual e a reflexão continuada sobre a sociedade brasileira, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social; V - pro-

mover atividades de extensão e de articulação com a comunidade”. E, em seu artigo 3º, itens I e IV, o estatuto da Unesp assevera que, entre as diretrizes que a organização da Unesp deve obedecer estão a “universalidade do conhecimento” e a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Balizados por essas diretrizes, construímos uma grande e importante Universidade. No entanto, sucessivas gestões reitorais, umas mais, outras menos, têm imposto políticas que vão estabelecendo as condições objetivas para alterar substancialmente a trajetória da Unesp. Isto tem promovido um distanciamento crescente entre o funcionamento cotidiano da Unesp e o que estabelece o nosso estatuto. Medidas frequentes da atual gestão, justificadas como necessárias para a preservação da Universidade, vão progressivamente mutilando nossas condições de trabalho, precarizando-as das mais diversas formas por meio de arrocho salarial; do aumento progressivo da carga de trabalho, do controle e manipulação da natureza da produção acadêmica pelo reitor, por meio da Comissão Permanente de Avaliação (CPA); da desfiguração das estruturas acadêmicas e administrativas, com a imposição de reformas e reestruturações sem nenhuma discussão substantiva com a comunidade. Assim, vão sendo minadas a qualidade das nossas graduações e pós-graduações; degradadas as condições necessárias para a produção de pesquisa relevante; rebaixadas as possibilidades de atividades de extensão de importância acadêmica e relevância social.

**Em tempo:** A Reitoria divulgou no site da Unesp que encaminhou, em 15/10, “à Comissão de Orçamento do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) as diretrizes para a Proposta Orçamentária para o ano 2020 com a previsão de 150 novas contratações de servidores, sendo 100 professores e 50 técnico-administrativos”. Chama a atenção a indicação de que os 100 novos docentes sejam contratados em Regime de Turno Completo (RTC), e que o critério para a distribuição dessas contratações entre os campi e respectivos departamentos – caso elas venham a acontecer – não foi tornado público.

## A redepartamentalização

Os presentes na plenária de Rio Preto também receberam um informe detalhado sobre a situação atual do processo de redepartamentalização na Unesp. Por meio do Ofício Circular 12/2019-RUNESP, expedido em 3/10, o vice-reitor e presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), Prof. Dr. Sérgio Roberto Nobre, informou que tomou, ad referendum do colegiado, a decisão de acatar a solicitação de efeito suspensivo da Resolução Unesp 63/2019, aprovada por aquela instância em sua reunião de 10/9, que instituiu regras e prazos para o processo de reestrutur-

ação departamental na Universidade.

De acordo com o documento, esta decisão foi tomada após análise do pedido de efeito suspensivo assinado pelos professores Carlos Frederico Wilken, presidente do Fórum de Diretores da Unesp e diretor da FCA/Botucatu, e João Carlos Saad Cury, do mesmo campus e membro do CEPE. Ainda segundo o ofício, o ad referendum será submetido à apreciação dos conselheiros na reunião marcada para 29/10, com base no artigo 58 do Regimento do CEPE. Nesta ocasião, o colegiado poderá manter os termos da resolução ou reconsiderá-la.

A Adunesp abriu o debate sobre o significado e os prejuízos da Resolução 63 desde o primeiro momento, divulgando matérias e pareceres jurídicos, promovendo reuniões com os envolvidos e solicitando que a questão fosse discutida em todas as Congregações e Conselhos Diretores. No dia 25/9, a entidade protocolou recurso administrativo dirigido ao presidente do CEPE, com pedido de reconsideração da decisão que aprovou a Resolução 63, propugnando que fosse acatado com efeito suspensivo. O documento da Adunesp - que não foi mencionado, embora tenha precedido aqueles referidos no Ofício Circular 12/2019-RUNESP - demanda ainda que, caso o colegiado delibere por manter a decisão questionada – que seja submetido em grau de recurso ao Conselho Universitário (CO), de acordo com o previsto no estatuto e no regimento geral da Universidade.

Embora eventualmente possam ter ocorrido distorções reais ao longo da história, fruto de acomodações e arranjos de interesses pessoais e ao arripio das reais necessidades da Universidade, é absolutamente inadequado que, a propósito disto, se desencadeie uma ação generalizada que atinge o conjunto da Unesp indiscriminadamente, impondo consequências deletérias ao ambiente acadêmico. Além disto, fica também a forte impressão de que o processo de redepartamentalização, como proposto e implementado pela Reitoria, está atrelado a um “ajuste fiscal/financeiro” que, associado à prioridade de que novas contratações sejam em Regime de Turno Completo (RTC), se coaduna com a proposta de reforma administrativa e financeira. O abrupto e generalizado enxugamento do número de departamentos e as contratações em RTC se inserem mais numa lógica sustentada por seus resultados financeiros do que pelas suas virtudes acadêmicas. Estas medidas evocam a triste lembrança do Termo de Compromisso, assinado pelo reitor com a Secretaria de Estado do Planejamento Econômico e Desenvolvimento e com a Secretaria de Estado da Fazenda do governo Dória, para que fosse feita a antecipação, em duas vezes, de R\$ 130 milhões para o pagamento do 13º salário de 2018 dos servidores estatutários.

Os presentes à Plenária de Rio Pre-

to enfatizaram a necessidade de prosseguir na mobilização, conclamando o CEPE, em sua reunião de 29/10, a reconsiderar sua decisão e cancelar a resolução. E, caso isso não aconteça, que o CO assumira a responsabilidade política de fazê-lo.

É crucial que as Congregações das unidades em que há departamentos atingidos pela Resolução 63 continuem debatendo e se posicionando a respeito, remetendo suas deliberações ao CEPE. Esse vem sendo o caminho seguido por grande parte dos diretores e chefes de departamento, em uma tentativa de obstar esse processo de redepartamentalização. A comunidade unespiana espera que o gesto do presidente do CEPE represente um passo desta Reitoria na direção de acolher com mais sensibilidade seus questionamentos, e que, com procedimentos mais democráticos e com indispensável serenidade, possamos superar não apenas esse, mas tantos outros problemas que colocam em risco a natureza e a excelência da nossa grande Universidade.

## Chapão e resistência

Todas as medidas que apontam para o sucateamento da nossa Universidade passaram – ou passarão – pelos colegiados centrais, onde acabam sendo aprovadas porque um número expressivo de conselheiros alinhados com a reitoria, ou simplesmente apáticos em relação ao futuro, não conseguem, ou não querem, resistir à implantação de um novo modelo de universidade pela administração atual. Com sua ação, ou omissão, eles contribuem para que estejamos nos transformando rapidamente numa instituição medíocre e irrelevante para o estado de São Paulo e para o país, o que nunca fomos.

Esta é a concepção de universidade que se coaduna com o que pensam respectivamente o nosso atual reitor e seu grupo político, o governador Dória e o presidente da República. Todos fortemente empenhados, de uma maneira ou de outra, em rebaixar a produção científica e tecnológica nacional, bem como a formação intelectual dos brasileiros.

Para defender nossa Universidade, precisamos mobilizar todas as pessoas que estão preocupadas com o futuro da Unesp, para que unam suas forças e atuem em todas as instâncias possíveis. Dentro do nosso Sindicato, no âmbito dos seus campi e de todas as formas – como conselheiros ou não – nos colegiados da Unesp. Por isso é tão importante a estruturação do Chapão da Adunesp, que deve se constituir numa bancada cuja tarefa básica é exatamente atuar para resistir à degradação da nossa Universidade, e avançar no sentido de restabelecer nossa trajetória original condizente com a dignidade e a excelência do nosso trabalho e com o papel estratégico da Unesp para o desenvolvimento do estado de São Paulo e para a soberania nacional.

